



UNIÃO DAS CONTROLADORIAS INTERNAS DO ESTADO DA BAHIA

Como proteger o Gestor e a Administração de responsabilizações e penalidades





14 ANOS PROTEGENDO GESTORES PÚBLICOS

Nome

Maike Oliveira

Cargo

Presidente da UCIB – União das
Controladorias Internas do Estado da Bahia

Formação

Advogado e Palestrante em Direito Público

Atuação

Membro da Comissão Especial de
Licitações e Contratos da OAB/BA

Experiência

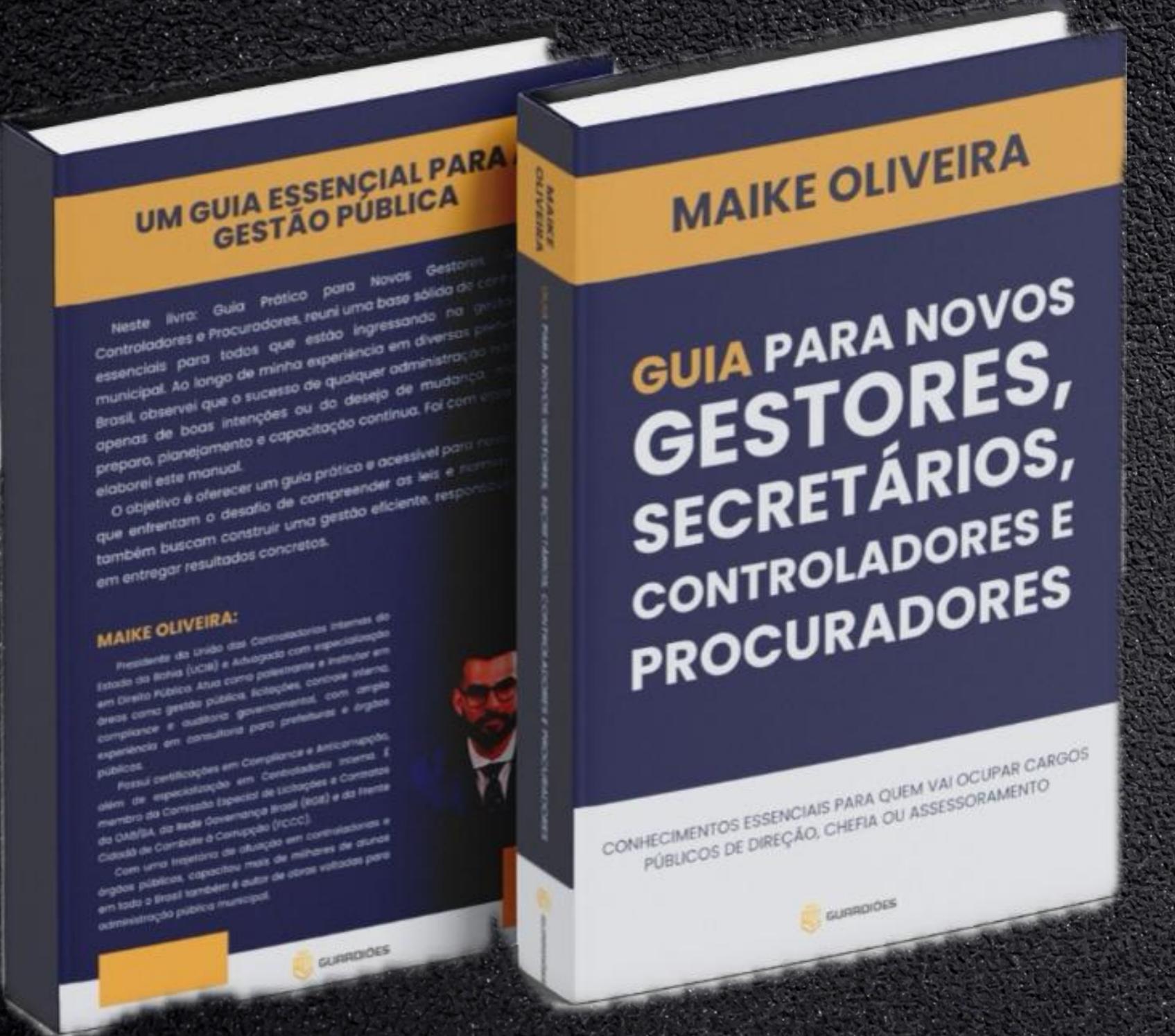
Consultor em Gestão Pública com atuação
em vários estados brasileiros

Reconhecimento

Instrutor com mais de 9.000 alunos
capacitados, Professor de órgãos como
CGU, TCU, TCM-BA e TCE-BA

Publicações

Autor e coautor de livros sobre Licitações,
Contratos e Governança Pública



ESCANEIE O QR CODE
 SIGA
 POSTE UM STORIE E MARQUE A GENTE
PARA CONCORRER AO LIVRO !

PROTEJA MEU CPF



O cenário de risco nos municípios

O cenário de risco nos municípios



Falta de conhecimento

Muitos gestores desconhecem as normas e leis que regem a administração pública, o que os deixa vulneráveis a erros e penalidades.



Pressão política

A pressão por resultados e a busca por aprovação política podem levar gestores a tomar decisões precipitadas e ilegais.



Falta de recursos

A escassez de recursos financeiros pode levar gestores a cometer irregularidades para suprir as necessidades do município.



Falta de estrutura

A falta de uma equipe de controladoria interna eficiente e capacitada aumenta o risco de erros e fraudes.

Auditoria do TCM constata irregularidades em obras e limpeza pública da prefeitura de [REDACTED]

JUSTIÇA, NOTÍCIAS

Na sessão desta quinta-feira (3), os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia acataram as conclusões contidas em relatório de auditoria realizada na Prefeitura de [REDACTED] no exercício de 2017, com o objetivo de analisar os gastos realizados no município com obras e serviços de limpeza urbana. O conselheiro Plínio Carneiro Filho, relator do processo, determinou a formulação de representação Ministério Público Estadual contra o então prefeito [REDACTED] – gestor responsável pelo período auditado –, para que seja apurada a prática de ato de improbidade administrativa.

Também foi determinado o ressarcimento aos cofres municipais da quantia de R\$195.722,40, com recursos pessoais, em razão da ausência de processo de pagamento (R\$5 mil), acréscimo do valor contratado sem embasamento técnico (R\$40.070,90) e realização de pagamento sem apresentação de pesagem correspondente (R\$150.651,50). O gestor ainda foi multado em R\$3 mil.

.



Institucional

Sistemas externos

Serviços

Legislação

Comunicação

Transparência e prestação de contas

TCE condena ex-prefeito de [REDACTED] a devolver R\$ 1,3 milhão em recursos de convênio

06 Junho 2024



Você está em: [Início](#) / MPC pede suspensão de concorrência pública da Prefeitura de Marataízes no valor de R\$ 2,8 milhões

MPC pede suspensão de concorrência pública da Prefeitura de [REDACTED] no valor de R\$ 2,8 milhões

Publicação em 1 de outubro de 2015

Foram verificadas diversas irregularidades no edital para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e pequenos serviços em prédios e ruas do município de [REDACTED]

O Ministério Público de Contas (MPC) protocolou representação na qual aponta irregularidades no edital da concorrência pública 008/2015 da Prefeitura de [REDACTED]. O MPC pede a suspensão cautelar do certame, que visa à contratação de empresa para manutenção, conservação e pequenos serviços de prédios, vias e logradouros públicos no município, sob o regime de empreitada por preço unitário. A licitação tem valor estimado de R\$ 2,8 milhões.

O MPC verificou os seguintes indicativos de irregularidades no edital: terceirização de mão de obra; ausência de especificação clara no emprego de mão de obra e na execução dos serviços pretendidos, com relação a serviços complementares externos; exigência de profissional em seu quadro permanente com data anterior à data de entrega das propostas; e cláusula restritiva à competitividade, devido à exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional para habilitação na licitação, entre outros.

TCU diz à Justiça Eleitoral que 9,7 mil pessoas podem ser inelegíveis em razão de irregularidades em contas

Justiça Eleitoral vai utilizar dados para avaliar se, entre os mais de 400 mil pedidos de registro de candidatura, há nomes que devem ser impedidos de concorrer nas eleições municipais.

Por **Márcio Falcão**, TV Globo — Brasília

15/08/2024 17h10 · Atualizado há 2 meses



Pesquisa no site



[Início](#) / [Notícias](#) / [2020](#) / [Outubro](#)

/ Secretário é multado por irregularidade em transporte escolar

Secretário é multado por irregularidade em transporte escolar



[Início](#) / [Notícias](#)

/ [TCE/BA imputa débito de R\\$ 172, 1 mil a cinco gestores e a uma Prefeitura e aplica R\\$ 21,1 mil em multas a 10 gestores](#)

TCE/BA imputa débito de R\$ 172, 1 mil a cinco gestores e a uma Prefeitura e aplica R\$ 21,1 mil em multas a 10 gestores

TCEESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

[Início](#) / [Notícias](#)

TCE já aplicou mais de R\$ 1,95 milhão em multas aos gestores em 2024

COMUNICADO
SDG N.º 61/2024

2024

BALANÇO DE JULGADOS
MULTAS
3º TRIMESTRE

go.tce.sp.gov.br/mrcicm



15/10/2024 - SÃO PAULO - Somados os três primeiros trimestres de 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) já imputou um total de R\$ 1,95 milhão em

TCE divulga lista de gestores municipais com contas irregulares nos últimos oito anos no Ceará; confira

Alguns dos nomes que aparecem na lista concorrem a cargos públicos nas Eleições de 2024. A desaprovação das contas pode gerar inelegibilidade do candidato.

Vocês sabem a causa?

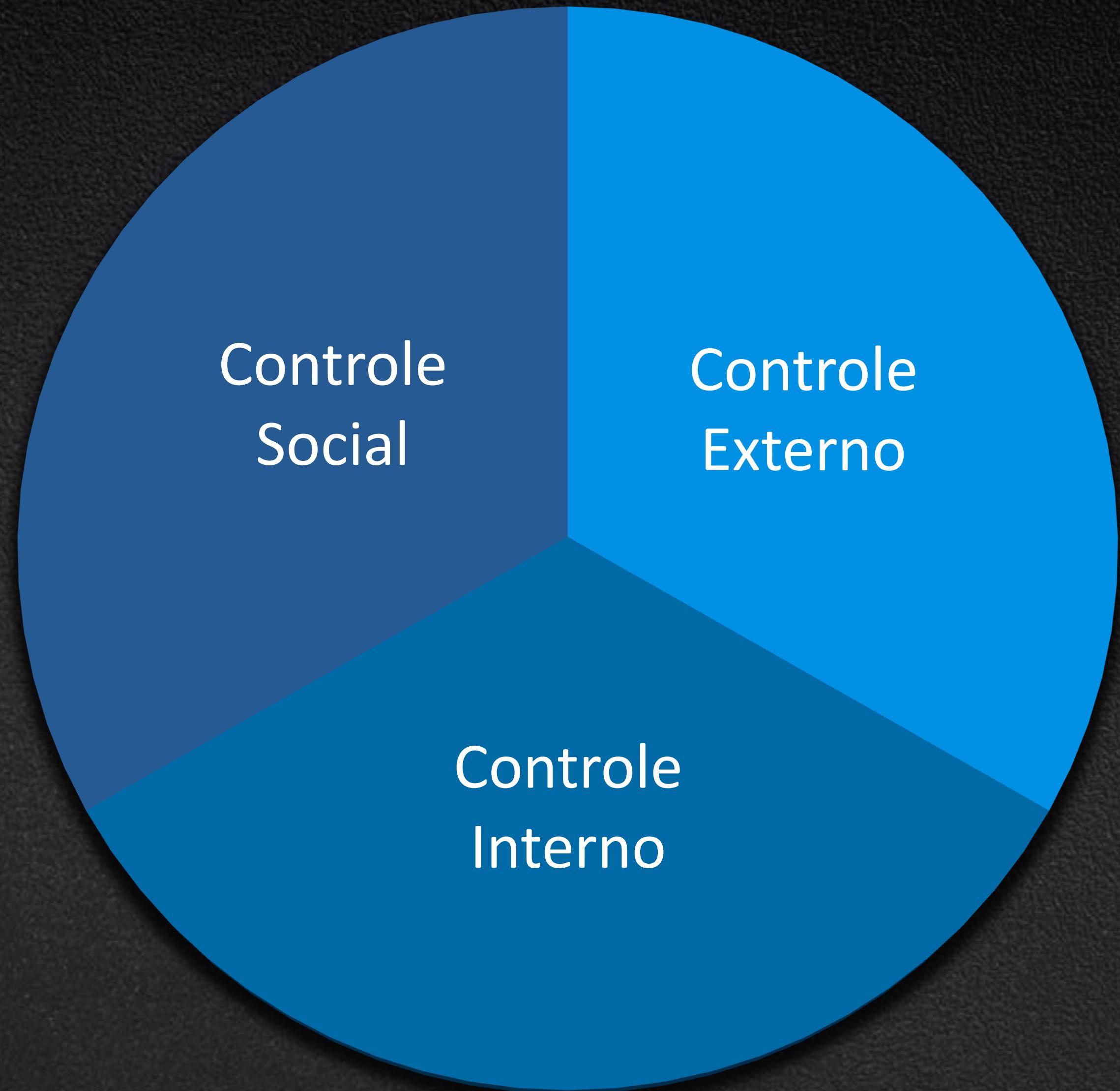


99%

Falta de Controle e fiscalização



Controle Governmental



Controladorias Internas

Controle Interno?

O controle interno é um processo integrado realizado pela administração e por todo o corpo funcional da organização, com a finalidade de enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados:

Sistema de controle interno?

O sistema de controle interno compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade pública, com a finalidade de promover a avaliação da gestão e da prestação de contas, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e garantir a economicidade, a eficiência e a eficácia da gestão.

Auditoria

Exame independente, objetivo e sistemático de dada matéria, baseado em normas técnicas e profissionais, no qual se confronta uma condição com determinado critério com o fim de emitir uma opinião ou comentários.

Estrutura de controles internos?

A estrutura de controles internos compreende o ambiente de controle, a avaliação de riscos, as atividades de controle, a informação e comunicação, e o monitoramento. Essa estrutura deve ser estabelecida, mantida e continuamente aprimorada pela administração, de modo a proporcionar uma segurança razoável de que os objetivos da entidade serão alcançados.

Unidade Central de controle interno?

A unidade de controle interno é o órgão responsável por executar as atividades de controle interno na administração pública, com o objetivo de avaliar a gestão pública, comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, dos atos, e apoiar o controle externo no exercício de sua missão missão institucional.

Os riscos à gestão pública



Auditorias externas

As auditorias externas são realizadas por órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas e o Ministério Público. Elas têm como objetivo verificar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos da administração pública.



Fiscalizações

As fiscalizações podem ser realizadas por diversos órgãos, como a Controladoria Geral da União (CGU), a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). Elas têm como objetivo verificar se a administração pública está cumprindo as leis e normas.



Operações

As operações são ações de investigação que visam apurar possíveis crimes cometidos pela administração pública. Elas podem ser iniciadas por denúncias ou por iniciativa própria dos órgãos de controle.



TCU, CGU, TCE, MP, MPF, PF

Esses órgãos são responsáveis por fiscalizar e controlar as ações da administração pública. Eles podem aplicar penalidades aos gestores públicos que cometerem irregularidades.

Penalidades severas, incluindo:

Multas milionárias

As multas aplicadas a gestores públicos podem chegar a valores exorbitantes, o que pode comprometer as finanças pessoais e até mesmo levar à falência.

Inelegibilidade

A inelegibilidade impede o gestor de participar de eleições por um determinado período, o que pode prejudicar sua carreira política e o desenvolvimento do município.

Contas rejeitadas por órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas e o Ministério Público

A rejeição de contas impede o gestor de prestar contas de sua gestão, o que pode gerar a perda do cargo e a proibição de assumir novos cargos públicos.



E se acontecer com você? Você
estará preparado?

Não é má-fé, é falha administrativa



O que separa um gestor penalizado de um gestor seguro?

1

Controle Interno

2

Prevenção

Proteção contra erros e fraudes.

3

Transparência

Gestão ética e responsável.

4

Segurança

Gestor confiante e tranquilo.

A resposta é uma controladoria interna moderna e eficiente.

The background of the image is a dark, atmospheric photograph of the Great Wall of China. The wall, constructed from large grey stones, curves through a landscape of dark, silhouetted mountains and hills. In the distance, a small, isolated building or watchtower sits atop one of the ridges. The overall mood is mysterious and powerful.

A resposta é:

**UMA CONTROLADORIA
FORTE**

AMBIENTE DE CONTROLE

EQUIPE PREPARADA E
CAPACITADA

OUVIDORIA

CORREIÇÃO

AUDITORIAS INTERNAS

GERENCIAMENTO DE
RISCOS

ATIVIDADES DE
CONTROLE

INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

MONITORAMENTO

Novas Legislações e Regulamentações

LAI

A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações públicas.

MROSC

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) regulamenta as parcerias entre o poder público e as OSCs, fortalecendo a transparência e o controle social.

Lei 14.133/21

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21) traz mudanças significativas nos processos de compras públicas, com foco na eficiência e na governança.

Governança

As boas práticas de governança pública são essenciais para a efetividade dos controles internos e a prestação de contas à sociedade.

SIAFIC

O Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC) é uma ferramenta fundamental para a padronização e integração dos sistemas de contabilidade pública.

e-Social

O e-Social é um projeto do Governo Federal que unifica o envio de informações pelo empregador sobre a vida funcional do empregado.

Reforma Tributária

A Reforma Tributária visa simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, impactando diretamente a gestão pública.

LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, exigindo adequações nos processos e sistemas da administração pública.

PROTEJA MEU CPF



REESTRUTURAÇÃO NECESSÁRIA PARA OS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS MUNICIPAIS

**UM PRESENTE PARA VOCÊS
ENVIE A PALAVRA “**PRESENTE**”**





O TALENTO ESTÁ NA
CORAGEM DE COME-
ÇAR A FAZER

